
APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

Esta edição da revista PRACS apresenta o Dossiê **Movimentos Sociais e Associativismos Cíveis na América Latina: suas reinvenções no Século XXI**, organizado pelos professores Patrícia Rocha Chaves, da Universidade Federal do Amapá (Brasil), Agustín Ávila Romero, da Universidad Intercultural de Chiapas (México) e Samuel Correa Duarte, da Universidade Federal do Maranhão (Brasil), e David Junior de Souza Silva (UNIFAP).

O dossiê surge como uma iniciativa do Grupo de Trabalho Movimentos Sociais, Participação Política e Direitos Humanos na Amazônia, dirigido pelos professores Patrícia Rocha Chaves-Unifap e Samuel Correa Duarte- UFMA e David Silva- Unifap, organizado no interior do Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas (UNIFAP), cujo objetivo é fomentar a criação de espaços para críticas, reflexões, estudos e compartilhamento de informações sobre o campo interdisciplinar de Direitos Humanos e Políticas Públicas. Assim como de consolidar como um ambiente para divulgação científica e de diálogo entre movimentos sociais, pesquisadores e atores sociais interessados na agenda de estudos e pesquisa em participação política, direitos humanos e políticas públicas.

É nesse sentido que o GT Movimentos Sociais, Participação Política e direitos Humanos na Amazônia vem apresentar este dossiê com resultados de pesquisas que dialogam sobre os temas relacionados às ações dos Movimentos Sociais no campo e na cidade, Movimentos Étnicos, Associativismos, Mobilizações Sindicais e Estratégias de Resistência de Comunidades Tradicionais na América Latina.

A história da mobilização dos povos da América Latina pela defesa de seus territórios e modos de vida contra a exploração e sujeição capitalista, inicia-se em meio ao processo de colonização, como defesa diante da violência desencadeada nesse processo.

Ao longo de sua história, à luta pelo território historicamente protagonizada pelos povos indígenas e pelos povos afrodescendentes, somaram-se novos sujeitos e novas demandas da sociedade civil e movimentos sociais, que se estruturam em torno de transformações sociais e de reivindicações pelo direito ao modo de vida, pela justiça ambiental, pelo direito à cidade, pela cidadania e pela florestania, pela terra e pelos territórios.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, os ciclos de governos progressistas, inicialmente, e os ciclos de governos conservadores, posteriormente, obrigaram, os movimentos sociais e o associativismo civil a seu modo se reorganizar, a reestabelecer pautas pregressas ou mesmo se reinventarem devidos às demandas atuais, dentre elas, como demonstra o dossiê, o contexto de pandemia de COVID 19.

A ameaça de genocídio e a retração econômica atemorizam as populações tradicionais/camponesas e cidadinas. Diante desta pandemia, os movimentos sociais têm tido que se rearticular para responder aos novos desafios.

A natureza diversa dos conflitos e os diversos projetos que configuram o direito ao território, à cidadania e à florestania tornaram-se chave de compreensão da realidade latino-americana contemporânea. As lentes teóricas por meio das quais são visualizados esses processos são parte fundamental para pensarmos as estruturas nas quais se configuram a realidade concreta desta região. Nesse sentido é necessário discutir sobre como as teorias se apropriam e repercutem conceitos e visões a partir desta realidade.

Este dossiê buscou reunir, assim, pesquisas finalizadas e em andamento sobre a espaciali-

zação e territorialização dos movimentos sociais, experiências associativas e sindicais, experiências de mobilizações de comunidades tradicionais, bem como de organizações não-governamentais da América Latina, contemplando a pluralidade existente na floresta, no campo, na cidade e na relação entre eles, como: movimentos indígenas, movimentos de povos afrodescendentes, camponeses, ribeirinhos, agricultores, extrativistas, movimentos de trabalhadores no campo e na cidade, movimentos sindicais, movimentos por moradia e direito à cidade, movimentos por justiça ambiental, movimentos pela igualdade de gênero, movimentos antirracistas, pelos direitos LGBTQ e pelo direito a uma educação de qualidade e equânime. É nesse sentido que apresentamos as pesquisas que sonorizam esses debates neste dossiê.

O trabalho que abre o presente dossiê é de autoria coletiva de Angela Vieira Neves, Melina Sampaio de Ramos Barros, Felipe Portela Bezerra, Avelina Alves Lima Neta e tem como título “Associativismo, reconhecimento e acesso às políticas públicas: o papel pedagógico da participação dos usuários da assistência social”, versando sobre o papel da participação como meio de aprendizado para o ativismo e a luta por reconhecimento e acesso a direitos. Enfocou-se os serviços de assistência social para fins de avaliação da qualidade da participação popular. A pesquisa aponta que a cultura cívica se desenvolve na própria luta por acesso a direitos tendo como referência a trajetória participativa dos atores sociais. A emancipação e autonomia social se dá no processo de participação das lutas por direitos.

A seguir temos a instigante contribuição de Joaquín Ulises Deon e María Guillermina Diaz, com o trabalho intitulado “Mega-mineração em pedreiras nas Serras Pampeanas: resistência social ao desenvolvimento da mineração na Argentina”. Ao tratar de tema candente na atualidade, a saber, os efeitos colaterais gerados pela atividade minerária e as ações de resistência postas em práticas pela sociedade civil, tomando como referência estudo de caso realizado na Argentina, os autores evidenciam as intrincadas relações entre o avanço da exploração capitalista com o (in)consequente dano ambiental e a queda da qualidade de vida dos trabalhadores e da população atingida pelas mega obras de mineração. As formas de apropriação do espaço são fundamentais para refletirmos sobre a construção e desconstrução de territórios.

O terceiro artigo, de autoria de Adriane Cristina Benedetti, com o título “Indígenas e novas tecnologias: o uso de dispositivos de telefonia móvel na organização e mobilização Guarani no Sul do Brasil”, aborda relevante tema, evidenciando por meio de pesquisa levada a cabo em dilatado prazo, que a comunidade Guarani logrou acessar nova tecnologia de informação e comunicação de maneira exitosa para a constituição de redes e mobilização com vistas à ação coletiva. Podemos afirmar que a apropriação de ferramentas tecnológicas para subsidiar a luta dos povos tradicionais consiste em ganho substancial – amplificar a luta é tarefa necessária para a afirmação cultural. É fundamental submeter o meio-técnico-científico-informacional às lutas populares.

Com o texto “Cultura negra e o movimento cultural Hip Hop: memórias, narrativas e resistências”, Wesley Vaz Oliveira nos convida a uma profícua imersão em rico universo da história da cultura negra em Macapá-AP. O autor demonstra que o Hip Hop extrapola as fronteiras da produção musical *tout court* para semear sua crítica social junto ao ativismo local e registrar sua agenda de luta na memória coletiva. As narrativas do Hip Hop e sua influência na formação do *ethos* coletivo são provas cabais da importância do direito de fala na luta dos sujeitos subalternizados.

O quinto artigo de autoria conjunta de Arielson Teixeira do Carmo, Cleiton de Jesus Rocha e Marcos Vinicius de Freitas Reis, versa sobre tema candente, sob o título “Cristianismo, ho-

mossexualidade e a emergência de igrejas voltadas para o público LGBT”, os autores demonstram que as relações entre religião e sexualidade são bem mais matizadas do que julga o sendo comum. As assim chamadas igrejas inclusivas, por definição, atestam a evidente exclusão que as minorias sexuais sofrem no ambiente religioso dominante, por um lado, e indicam caminhos de luta e afirmação para formas alternativas de diálogo entre fé e comportamento sexual. Cabe ressaltar que as igrejas devem muito do seu poder de voz à luta pela liberdade de expressão, a mesma que agora faz uso a comunidade LGBT - a expansão da liberdade de consciência é fenômeno irrefreável.

Em seguida, Lucimara Inácio do Prado da Silva, Rosele Marques Vieira e Marcos Antônio da Silva, desenvolvem o artigo intitulado “Economia solidária e desenvolvimento local: uma análise da atuação do Banco Comunitário Pirê em Dourados (MS)”, o qual traz importante estudo de caso abordagem as novas estratégias de gestão em economia solidária com vistas a prover acesso a crédito, renda e autonomia ao pequeno empreendedor, dinamizando o desenvolvimento local por meios endógenos e com base na capacidade de autogestão e intervenção da sociedade civil organizada, para além das estruturas tradicionais de Estado.

A relação entre sindicato e movimento social é abordada por meio da reflexão de Carlos Takashi Jardim da Silveira em seu artigo intitulado “O Movimento Sindical Rodoviário Carioca como um Movimento Social”, buscou demonstrar o processo de fundação do novo sindicato dos trabalhadores em empresas de ônibus da cidade do Rio de Janeiro, o Sintraturb-Rio, entre 2009 e 2012, bem como analisar a dinâmica organizativa das mobilizações e as performances políticas apresentadas por esses trabalhadores entre 2009 e 2014, suas táticas de luta sindical, seus avanços e retrocessos no interior do movimento e na relação com suas pautas políticas atuais a aquele momento histórico. O autor compreende o Sintraturb como constituinte de um movimento social sindical autônomo cujas ações perduram até a derrota da greve de 2014.

Caio Reina Lotufo demonstra em seu artigo “Jogos mundiais dos Povos Indígenas (2015): discursos e representações” alguns movimentos históricos e acontecimentos recentes que envolvem a realização deste evento, a saber: a organização dos megaeventos esportivos no Brasil, a crise político-econômica concomitante que aponta para o esgotamento do lulismo e dos governos petistas após 13 anos à frente do governo federal e a trajetória das associações e movimentos indígenas nas últimas décadas em escala nacional e internacional. O autor coloca em questão visões antagônicas sobre a importância dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. De um lado coloca-se a importância das práticas esportivas para os povos indígenas e por outro lado reflexão acerca da permanência de elementos de representação social sobre esses povos.

O artigo produzido por Regiane Cristina Tonatto e Gisele de Souza Gonçalves, extremamente atual e atento à conjuntura social e política, com o título “#ApoieoBrequedApps: a reinvenção da solidariedade entre os trabalhadores em tempos de Covid-19”, brinda o leitor com instigante análise dos meios e formas de produção de solidariedade que emergiram em meio à pandemia de Covid-19, destacando o movimento em apoio aos trabalhadores precarizados vinculados aos aplicativos de entrega de produtos. A exposição explícita a falácia de que a geração de empregos por si seria capaz de prover condições dignas de vida, quando a questão vai muito mais além, indicando a importância da qualidade dos empregos gerados. A capacidade de mobilização social praticada no breque dos apps também indica a resiliência das frações de classe mais vulneráveis e seu potencial para a luta organizada.

O artigo “Globalização contra-hegemônica e novos repertórios de ação sindical no Brasil:

redes no ramo bancário” dos autores Thiago Ferreira Vieira, Gabriel Souza Martins Juncal, Leonardo Mello e Silva, retoma tema clássico da questão social e trabalhista, qual seja, a atuação sindical, tomando como referência o ramo bancário no Brasil. A análise contextualiza a luta sindical na atualidade no escopo abrangente da globalização, que implica na financeirização da economia e flexibilização/precarização das relações de trabalho. Ressalta-se que, para o enfrentamento de dinâmicas em escala global é preciso fomentar e formatar instituições que operem para além dos quadros do Estado-Nação. Nesse sentido a exposição destaca a atuação do Sindicato Global (UNI- Global Union) na organização de campanhas e ativação das coordenações.

E por fim, o artigo intitulado “História y utopía. Una reflexión necesaria en el contexto de la Pandemia del COVID-19, de autoria de Daniel Carlos Gutiérrez Rohán e Enrique Gutiérrez Carreras sinaliza questões de grande pertinência para discutirmos o contexto da pandemia de COVID – 19. “En primer lugar, el mundo ya cambió y no lo cambió la pandemia. Las transformaciones y rupturas se han dado, por lo menos desde la crisis de 2008; alrededor de ese año, el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional se referían ya al agotamiento del modelo neoliberal. La pandemia simplemente hace evidente algunas de las más importantes contradicciones del sistema capitalista.” Os autores trazem reflexões sobre como e o quanto a pandemia foi capaz de nos revelar a capacidade predatória das relações capitalistas de produção. O que as lutas sociais ou mesmo socioterritoriais dos vários movimentos da/na América Latina tem anunciado desde o processo de colonização desse continente. Esperamos que esse dossiê possa ser utilizado como ferramenta de luta teórica e política para os movimentos sociais e pesquisadores que se têm debruçado sobre a compressão e reflexão de processos sociais desencadeados por esses movimentos, sejam elas lutas por espaços de cidadania, sejam elas lutas por transformações profundas, cada vez mais inadiáveis, caso o horizonte social seja a manutenção da vida.